

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E CARÊNCIA ALIMENTAR EM  
ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO  
INSTITUCIONAL**

**LEARNING DIFFICULTIES AND FOOD LACK IN STUDENTS OF PUBLIC  
SCHOOLS: THE ROLE OF INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGUE**

**DIFICULTADES DE APRENDIZAJE Y CARENCIA ALIMENTARIA EN  
ESTUDIANTES DE ESCUELAS PÚBLICAS: EL PAPEL DEL  
PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL**

*Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos*  
trf.educa@gmail.com  
Mestre em Educação  
Universidade Federal de Pernambuco

*Aline Martins da Silva Ferreira*  
[aline\\_silva-ferreira@hotmail.com](mailto:aline_silva-ferreira@hotmail.com)  
Especialista em Psicopedagogia Institucional  
Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

*Clarisse Moreira Theberge de Araujo*  
[claraujo.tst@gmail.com](mailto:claraujo.tst@gmail.com)  
Bióloga  
Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

*Rebeka Quidute Balbino Silva*  
[rebekabalbino1@gmail.com](mailto:rebekabalbino1@gmail.com)  
Especialista em Educação Especial  
Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE

**RESUMO**

No artigo é identificada a atuação do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem ocasionadas pela carência alimentar nos alunos de escolas públicas. Para tal, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica. O critério de escolha consistiu na leitura de resumos de artigos com as palavras-chave: alimentação, carência alimentar, dificuldades de aprendizagem, escolas públicas e Psicopedagogia. Em seguida, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra, totalizando 17 artigos. As pesquisas apontam a carência alimentar como fator determinante para a dificuldade de aprendizagem de alunos da escola pública, porém não abordam uma resolução dentro da perspectiva

psicopedagógica. Constatou-se que há um número reduzido de pesquisas no campo da Psicopedagogia no tocante aos problemas de aprendizagem relacionados à má alimentação dos alunos das escolas públicas. Apesar da ausência de material bibliográfico sobre este assunto, o mesmo se mostrou relevante por tratar de questões voltadas ao social, visto que o ponto inicial para elaboração da pesquisa foi a problemática dos alunos das escolas públicas brasileiras no tocante ao acesso à merenda durante o período de isolamento social causado pela pandemia do covid-19.

**Palavras-chave:** alimentação; carência Alimentar; dificuldades de aprendizagem; escolas públicas brasileiras; Psicopedagogia.

### ABSTRACT

In the article is identified the role of the psychopedagogue in the face of learning difficulties caused by lack of food in public school students. For this, we chose to carry out a bibliographic search. The choice criterion consisted of reading abstracts of articles with certain keywords: food, lack of food, learning difficulties, public schools and Psychopedagogy. Then, the selected papers were read in full, totaling 17 articles. The researches point to the lack of food as a determining factor for the learning difficulties of public school students, but they do not address a resolution within the psychopedagogical perspective. It was found that there is a lack of a small number of researches in the field of Psychopedagogy with regard to learning problems related to poor diet of students in public schools. Despite the absence of bibliographic material on this subject, it proved to be relevant because it deals with social issues, since the starting point for the elaboration of the research was the problem of students in Brazilian public schools regarding access to school meals during the period of social isolation caused by the covid-19 pandemic.

**Keyword:** food; lack of food; learning difficulties; brazilian public schools; Psychopedagogy.

### RESUMEN

El artículo identifica el papel de los psicopedagogos ante las dificultades de aprendizaje provocadas por la escasez de alimentos en estudiantes de escuelas públicas. Para ello, optamos por realizar una investigación bibliográfica. El criterio de elección consistió en la lectura de resúmenes de artículos con las palabras clave: alimentación, escasez de alimentos, dificultades de aprendizaje, escuelas públicas y Psicopedagogía. Luego, las obras seleccionadas fueron leídas en su totalidad, totalizando 17 artículos. Las investigaciones apuntan a la escasez de alimentos como un factor determinante para la dificultad de aprendizaje de los estudiantes de escuelas públicas, pero no abordan una resolución desde la perspectiva psicopedagógica. Se constató que existe un pequeño número de investigaciones en el campo de la Psicopedagogía sobre los problemas de

aprendizaje relacionados con la mala alimentación de los estudiantes de las escuelas públicas. A pesar de la ausencia de material bibliográfico sobre este tema, se mostró relevante para tratar cuestiones relacionadas con lo social, una vez que el punto de partida para la elaboración de la investigación fue el problema de los estudiantes de escuelas públicas brasileñas con respecto al acceso al almuerzo durante el período del aislamiento social provocado por la pandemia del covid-19.

**Palabras clave:** comida; Escasez de alimentos; dificultades de aprendizaje; escuelas públicas brasileñas; Psicopedagogía.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É na infância que o ser humano apresenta seu maior desenvolvimento físico e psicológico. Paralelamente a isso, é quando acontecem as primeiras interações sociais fora do círculo familiar. Contudo, todas as potencialidades parecem apresentar deficiências quando a criança enfrenta déficit alimentar importante. No Brasil, em decorrência do grande número de famílias vivendo com uma renda extremamente baixa, essa problemática fica mais evidenciada, principalmente em escolas públicas, onde o público-alvo são membros desses núcleos familiares.

Segundo Ribeiro e Silva (2013), o consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo, como consequência, para as crianças em idade escolar: retardo no desenvolvimento, diminuição na capacidade de aprendizagem e maior susceptibilidade a doenças, além de um grande impacto sobre a função cerebral. Esses podem interferir no pensamento, no aprendizado, na memória e no comportamento. A alimentação escolar tem características de assistência nutricional, desde que ofereça alimentos adequados em quantidade e qualidade que satisfaçam as necessidades nutricionais do escolar, no período em ele que permanece na escola. Muitas vezes, essa é a única fonte de alimento do estudante, em especial para população de baixa renda.

É notório que a escola pública brasileira tem fracassado em sua função de ensinar a maioria das crianças e que as mais atingidas por essa falha pertencem aos segmentos mais pobres das classes trabalhadoras, pois vêm de uma família que, em sua maioria, não estimula, nem incentiva a vida escolar dos seus filhos (PATTO, 1992). O direito de acesso à educação está previsto na Constituição Federal em seu Artigo 205 (CF/1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990) no Artigo 53, mas isso não significa que efetivamente **seja para todo**, pois ainda vivenciamos, na atualidade, elevados índices de evasão e repetência escolar. De acordo com Forgiarini e Silva (2007, p. 4),

este é o grande desafio a ser superado na atualidade pelo sistema educacional: escola pública de qualidade para todos. Para tanto, faz-se necessário que, além do acesso, também seja garantido a essas crianças sua permanência e sucesso na escola.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tem como “missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis do governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 2020). Em 2014, o INEP realizou um levantamento sobre o perfil socioeconômico dos alunos da educação básica, públicas e privadas. A construção dos dados se deu a partir dos processos avaliativos que são realizados ao longo da Educação Básica e que necessitam que o estudante responda a um questionário sobre sua vida particular. O documento conta com uma tabela de descrição dos níveis socioeconômicos dos estudantes, separados do nível I ao VII. De acordo com o INEP, o primeiro nível é o mais desprovido de recursos básicos necessários, pois descreve o seguinte perfil:

este é o menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, uma geladeira, um telefone celular, até dois quartos no domicílio e um banheiro; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seus pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino. (INEP, 2014, p. 3).

O documento não afirma que o nível mais desprovido se caracteriza por alunos de escolas públicas, já que a sua investigação perpassa também os alunos de escolas privadas. Porém, a descrição leva à compreensão de que o público apresentado é o da escola pública, pela questão da relação entre renda familiar e escolaridade dos pais. Uma família que vive de um salário mínimo – que no ano de 2020 é de R\$1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) – dificilmente terá condições de ter uma alimentação equilibrada, com todos os nutrientes necessários para o seu corpo. Aluguel e energia elétrica são priorizados, a alimentação entra por último nessa lista.

Na década de 1990, Patto (1992) afirmou que, dentro da escola, por conta da situação social, algumas crianças eram apontadas como “problemáticas”, uma vez que precisavam de um atendimento especializado no ambiente externo à escola. A partir de necessidades individuais, elas eram acompanhadas por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, da mesma forma que crianças com melhores condições financeiras recebem. O ponto mais interessante é que a autora já percebia que a ausência destes profissionais ocasionava um aprofundamento e cronificação das dificuldades vividas por essas crianças.

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas às situações do contexto do estudante, como as metodologias utilizadas pelo professor, seu estado emocional e a alimentação. Os transtornos de aprendizagem, por sua vez, surgem de questões neurobiológicas (ROTTA; OHLWEILER; RIESGO, 2006). Sendo, assim, importante levar em consideração “[...] a normalidade do cérebro para poder receber e processar as informações; a integridade das vias que levam as informações ao cérebro: óptica, auditiva, tátil cinestésica, olfativa, gustativa” (TOPCZEWSKI, 2011, p. 197).

Existe uma relação direta entre transtorno de aprendizagem e o funcionamento do cérebro, pois a aprendizagem é apontada como uma

atribuição do Sistema Nervoso bastante profunda. Essa engloba o funcionamento de múltiplos processos mentais, os quais exprimem a ativação e inibição de variadas áreas cerebrais ao mesmo tempo.

O profissional da Psicopedagogia tem como foco trabalhar de forma a diminuir ou erradicar as limitações que surgem dentro do processo de ensino e aprendizagem. Dentro da escola, o psicopedagogo institucional é habilitado para tratar dessas questões, de forma a prevenir que as dificuldades de aprendizagem continuem interferindo no sucesso da vida escolar do aluno, identificando, dessa forma, a causa da dificuldade e intervindo de forma a eliminá-la, para que a vida escolar siga seu fluxo. Nesse sentido, como afirma Santos (2014, p. 50), o psicopedagogo institucional “[...] atua nas instituições – principalmente escolas – com o objetivo de desenvolver trabalhos de prevenção às problemáticas de aprendizagem”.

Posto isso, surge o seguinte questionamento: de que forma o psicopedagogo pode agir frente aos problemas de aprendizagem relacionados à carência alimentar de alunos de escolas públicas? Tal questão, e, conseqüentemente, a busca por respostas, surgiu a partir da leitura de uma notícia veiculada no site UOL, que abordava a dificuldade dos estudantes, no tocante ao acesso às informações escolares durante a pandemia do Covid-19. E, chamava maior atenção para falta de alcance à merenda oferecida pelas escolas. As pesquisas iniciais foram baseadas nos seguintes autores: Bizzo e Leder (2005); Almeida e Souza (2007); Bezerra (2009); Cavalcanti (2012), Ribeiro e Silva (2013) e Carvalho (2016).

Durante a leitura desses textos, percebeu-se que há muita citação relacionada à carência alimentar, mas não há nenhuma relação com a atuação do psicopedagogo dentro dessas dificuldades de aprendizagem geradas por esse déficit. Por observar a carência de pesquisas no campo da Psicopedagogia, no tocante aos problemas de aprendizagem relacionados à

má alimentação dos alunos das escolas públicas, identificou-se a necessidade de um aprofundamento a respeito do tema.

Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral identificar a atuação do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem ocasionadas pela carência alimentar nos alunos de escolas públicas. Para concretização do mesmo, seguiram-se os seguintes objetivos específicos: (1) sinalizar as consequências da carência alimentar no processo de ensino e aprendizagem e (2) apresentar as diferentes formas de intervenção do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem causadas pela má alimentação nos alunos de escolas públicas.

Essa pesquisa é exploratória, de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Isto é, uma pesquisa baseada no levantamento de estudos realizados em publicações relacionadas ao tema proposto. Os quais foram recolhidos por meio de livros, artigos, monografias, entre outros, que tinham por finalidade responder ao problema de pesquisa em questão. Sendo assim, o artigo segue com os procedimentos metodológicos, resultados e discussão e por fim as considerações finais.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Ao começar a descrição dos procedimentos metodológicos, inicia-se classificando essa pesquisa como exploratória. Segundo Prodanov (2013, p. 127), esse tipo de pesquisa “[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele”. Além desse fator, adotou-se uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, ou seja, uma pesquisa baseada no levantamento de estudos realizados em publicações relacionadas ao tema proposto. Para ter acesso a esses estudos, buscou-se em diferentes meios, como livros, artigos, monografias, entre outros, para, a partir desse levantamento, responder ao problema de pesquisa. Sendo, assim, esse o instrumento para reunir informações (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

No final do mês de abril de 2020, iniciaram-se as pesquisas. O critério de escolha dos textos para a pesquisa foi estabelecido da seguinte forma: realizou-se uma busca na base de dados da Scielo e na Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Os termos-chave utilizados foram: alimentação, carência alimentar, dificuldades de aprendizagem, escolas públicas e Psicopedagogia.

O objetivo inicial era encontrar textos que discorressem sobre a atuação do psicopedagogo dentro dessa temática, o que não foi possível. Então, selecionou-se textos sobre a carência alimentar, não só de forma isolada, mas também fazendo a sua ligação com a merenda escolar e a aprendizagem. Também se elegeu textos específicos que tratassem sobre a aprendizagem – bem como, dificuldades e transtornos que a envolvem. Por fim, a Psicopedagogia, o que ela é e o papel do psicopedagogo. Os critérios para iniciar a leitura dos textos pesquisados se deu pelo título e leitura do resumo.

Foram examinados trabalhos publicados entre os anos 2005 e 2016 (2005, 2007, 2009, 2012, 2013 e 2016). A escolha das datas se deu dessa maneira por se pretender encontrar textos mais recentes, dos últimos cinco anos, uma vez que apresentam dados mais atuais. Além disso, hoje leva-se em consideração outros fatores importantes para o processo de aprendizagem, como: o emocional, o físico e também o biológico, nos quais a alimentação desempenha papel fundamental. A partir dessa busca, é importante dizer, encontrou-se poucas publicações dentro do assunto, sendo necessário ler artigos anteriores ao prazo inicialmente proposto, mas que ainda se encaixam dentro do assunto abordado, os quais se mantêm atuais em algumas questões.

Inicialmente, identificou-se a importância de pesquisar sobre a alimentação e carência alimentar, para identificar de que forma ela é importante para o desenvolvimento humano e o que a consequência de uma má alimentação pode ocasionar. Ao identificar nos artigos que a carência alimentar pode influenciar na aprendizagem, buscou-se, então, por aqueles que



explorassem o assunto dificuldade de aprendizagem, para assim, estabelecer uma relação entre as duas temáticas.

Após constatar as relações, procurou-se por pesquisas relacionadas à escola pública, de modo a compreender melhor o perfil do estudante e, em especial, a sua relação com a merenda escolar, dando ênfase, nas buscas, à carência alimentar desses alunos e a sua relação com a aprendizagem. E, por fim, buscou-se encontrar a Psicopedagogia dentro dos assuntos tratados, com o intuito de identificar a atuação do psicopedagogo dentro desse processo. O que se constatou, com essa busca, foi a dificuldade em encontrar pesquisas, que, de fato, abordem o tema proposto. Encontrou-se apenas textos sobre a atuação desse profissional dentro dos problemas de aprendizagem.

A coleta de dados se deu com uma leitura exploratória dos resumos dos trabalhos encontrados para verificar se estavam dentro do tema. Em seguida, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e analisados a partir da perspectiva teórica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Posteriormente, foi feito o registro das informações extraídas das fontes, ordenando-as para possibilitar a obtenção de respostas ao problema de pesquisa.

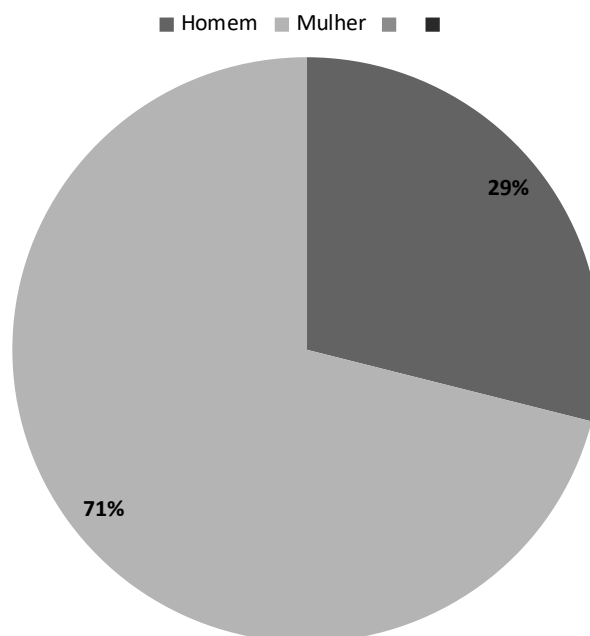
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização da metodologia, ora apresentada, gerou resultados que serão apresentados nesse trecho do trabalho. Para maior sistematização e entendimento dos achados da pesquisa, foram elaboradas subseções, com base no objetivo geral e nos objetivos específicos. No espaço temporal delimitado, foram encontrados **56** textos publicados, dos quais apenas 17 corresponderam ao critério de pesquisa dito anteriormente. Dos 17 artigos escolhidos, 9 se referiam à alimentação, carência alimentar e educação nutricional, 3 abordaram a Psicopedagogia e atuação do psicopedagogo institucional, 2 discursaram sobre a escola pública e os principais envolvidos no

funcionamento desta instituição e 3 sobre aprendizagem e as características relacionadas às dificuldades e transtornos identificados. A seguir, serão apresentados gráficos e quadro que demonstram pontos importantes sobre os textos selecionados para a pesquisa.

O gráfico 1 apresenta a representação dos autores, por gênero, para ter-se uma ideia de quem mais tem proposto e popularizado o debate sobre o assunto.

**Gráfico 1:** Autoria dos textos, por gênero

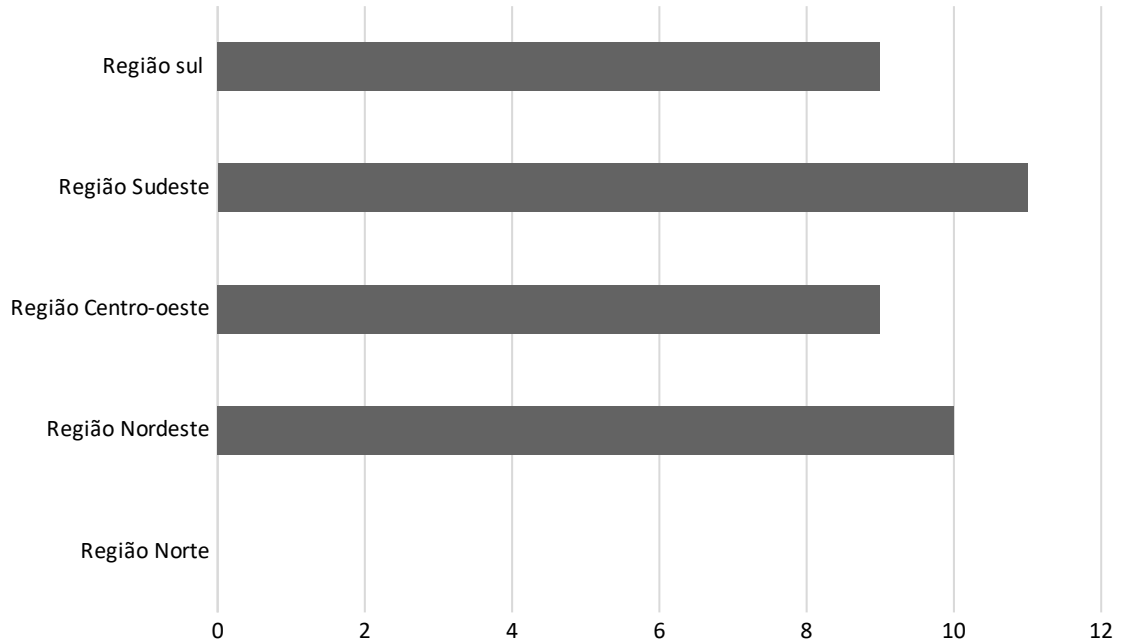


**Fonte:** Elaborado pelos autores do artigo, a partir da pesquisa bibliográfica (julho/2020)

Como é percebido, o gráfico 1 revela que “29%” dos autores das pesquisas selecionadas são homens e “71%” são mulheres. Esses valores levam em consideração que alguns trabalhos têm mais de um autor.

O gráfico 2, por sua vez, aponta a Região geográfica dos(as) autores(as) e coautores dos textos.

**Gráfico 2:** Divisão dos autores e coautores dos textos, por Região Geográfica.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, da pesquisa bibliográfica (julho/2020)

Como está nítido, as pesquisas se concentram na Região Sudeste do Brasil. Além dos dois gráficos ora apresentados, o quadro 1, a seguir, traz uma síntese dos textos analisados.

**Quadro 1:** Síntese dos textos analisados.

Patto (1992)	Analisa os determinantes da má qualidade da escola oferecida a crianças que pertencem aos segmentos mais pobres das classes trabalhadoras.
Ramalho e Saunders (2000)	Apresentam uma reflexão sobre a importância da educação nutricional, principalmente no que se refere às questões culturais. Eles constam que o profissional de saúde não deve se ater apenas ao nível econômico, mas também à cultura que irá influenciar diretamente a relação com a alimentação.

Bizzo e Leder (2005)	Trazem uma reflexão sobre a inclusão da educação nutricional como Tema Transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
Rotta et al (2006)	Abordam a questão dos transtornos de aprendizagem, a partir de uma abordagem neurobiológica e multidisciplinar. A partir disso, apontam indicações para um trabalho multiprofissional frente aos aprendentes diagnosticados com distúrbios de aprendizagem.
Almeida e Souza (2007)	Propõem verificar o valor nutricional da merenda escolar oferecida nas instituições do município de Muriaé - MG e as possibilidades para que a escola seja o agente formador de hábitos saudáveis.
Forgiarini et al (2007)	Relatam a história do fracasso escolar brasileiro, a partir da década de 90.
Custódio (2008?)	Identifica os hábitos alimentares dos alunos do Colégio Estadual em Piên-PR, analisando o consumo exagerado de gorduras trans, déficit no consumo de vitamina B1 e baixo consumo de proteínas. Foram feitas ações na comunidade que implementaram informações através de jogos, seminários e experimentos para conscientização.
Bezerra (2009)	Tem como foco principal identificar as práticas da merenda escolar, buscando os significados originais das palavras <i>habitus</i> , <i>ração</i> e <i>sopa</i> , correlacionando-as no âmbito da realidade social.
Frota (2009)	Identifica fatores relacionados à aprendizagem escolar em crianças desnutridas ou com carência alimentar em escola pública de Fortaleza-CE.
Topczewski (2011)	Relaciona a aprendizagem a um tripé, composto por estimulação, atenção e memória. Os quais são indispensáveis para o bom desempenho do aprendizado escolar e o progresso intelectual.
Cavalcanti et al (2012)	Verificam os efeitos causados por uma intervenção, no âmbito escolar, para promover hábitos alimentares saudáveis em alunos da rede pública de ensino.

Ribeiro e Silva (2013)	Trata-se de um estudo de caso com alunos, professores e pais em que se realizou uma investigação dos hábitos alimentares dos alunos e como se dá a intervenção da escola e da família na orientação desses costumes.
Santos (2014)	O capítulo expõe questões sobre a história da Psicopedagogia e das duas vertentes encontradas na área. Descreve a Psicopedagogia Clínica como uma abordagem de atendimento individualizado e, a Psicopedagogia Institucional como voltada para a prevenção. O autor, ao tratar das origens deste campo científico, especifica a primeira como neurobiológica e a segunda: eminentemente sociopsicológica.
Silva et al (2015)	Manifestam uma compreensão a respeito da atuação do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem, a partir de um criterioso levantamento bibliográfico. No qual, apresenta os diferentes problemas relacionados às dificuldades e transtornos, baseados no DSM-V.
Carvalho (2016)	Evidencia as bases científicas sobre a importância da alimentação para melhoria da aprendizagem em crianças em unidades públicas de ensino. Constatou-se que a presença de profissionais da saúde no espaço escolar traz ganhos para o desenvolvimento da aprendizagem.
Rodrigues (2018)	Elenca jogos que buscam estimular as habilidades das funções executivas e a sua relação com a aprendizagem.
Campagnole e Marquezan (2019)	Compreendem de que forma o psicopedagogo tem se inserido na escola, o desenvolvimento de seu trabalho, as relações estabelecidas com os demais atores escolares (equipe gestora, professores, estudantes, pais/responsáveis).

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Nesse quadro é possível perceber a ideia central que as(os) autoras(es) tratam em seus textos, buscando apontar o que mais ressaltam nas perspectivas esboçadas.

Sabemos que a Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem humana. Diretamente atrelada à aprendizagem está a

alimentação. É pensando nisso que, a seguir, serão tratados assuntos voltados à relação entre alimentação e aprendizagem, apresentando a sua relação direta com esse processo, as implicações de uma carência alimentar e o que isso pode ocasionar ao educando.

Neste sentido, aborda-se a atuação do psicopedagogo e o seu papel como profissional habilitado para identificar as possíveis causas da dificuldade de aprendizagem, colocando, como ênfase, a carência alimentar em escolares das escolas públicas brasileiras.

## **A DESNUTRIÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O DÉFICIT DE APRENDIZAGEM**

A educação nutricional ainda é um tema pouco abordado, apesar da sua importância para o desenvolvimento humano. Isso ocorre porque o conhecimento sobre o assunto ainda atinge, de forma muito limitada, a população e isso está diretamente ligado às desigualdades sociais. Tal educação é vista como um esforço, cujo objetivo é mudar "hábitos alimentares", determinados por aspectos que incluem fatores socioeconômicos, ecológicos, culturais e antropológicos (RAMALHO; SAUNDERS, 2009, p.11).

Desta forma, a população carente não se adapta aos padrões nutricionais adequados para uma dieta balanceada, devido à condição financeira ser, em muitos casos, de extrema pobreza. Tal comportamento dá surgimento ao tabu alimentar, que atrapalha a escolha de alimentos apropriados para uma boa alimentação. Por consequência, surge a carência alimentar, isto é, é a ausência ou diminuição de nutrientes essenciais ao bom funcionamento do organismo.

Além da falta de educação alimentar, a fome, a desnutrição e a pobreza são questões diretamente relacionadas à carência alimentar, o que nos leva a pensar sobre os alunos das escolas públicas e sua realidade social, uma vez que, geralmente, enquadram-se nos grupos menos favorecidos da sociedade. O pensamento a respeito do assunto surge, porque muitos escolares

encontram apenas na merenda escolar uma fonte de alimentação diária. É o que afirma Carvalho (2016, p. 76 apud MASCARENHAS; SANTOS, 2006), quando coloca que

muitas crianças só têm a merenda escolar como refeição durante o dia. Tem-se um quadro permanente de crianças subnutridas, que jamais conseguirão ter o mesmo desenvolvimento de desempenho que crianças que recebem regularmente uma boa alimentação e são beneficiadas por uma nutrição equilibrada.

É esse o contexto que devemos levar em consideração quando nos propomos a analisar a questão da aprendizagem. O aprender envolve não apenas aspectos psicológicos, mas também fisiológicos. É importante que o aprendente esteja bem física e emocionalmente para corresponder de forma satisfatória àquilo que está sendo abordado dentro da sala de aula. É o que afirma Rodrigues (2018, p. 31) quando menciona que “[...] aprender é algo muito complexo, envolve vários fatores: orgânico, social, econômico e político”.

Dentro do processo de aprendizagem, há algumas habilidades que precisam ser desenvolvidas, como a percepção, a linguagem e a memória. Essas habilidades podem sofrer interferências de cunho neurológico, mas também de fatores externos, que são motivados por questões sociais. Além de serem influenciadas por outros elementos, como o descansar físico e mental, estar hidratado, ter acesso à luz solar, ter respiração correta – para uma boa oxigenação do cérebro e organização do pensamento, possuir motivação – sem a qual, o sujeito não aprende. É preciso que o aprendente queira estar naquele ambiente, sentir-se seguro e motivado, junto ao professor e aos colegas de classe, para que tudo siga naturalmente bem.

Dentre as habilidades e as questões voltadas ao emocional e bem estar do corpo, a alimentação ganha seu espaço, sendo de suma importância no processo de aprendizagem. A alimentação saudável promove a aquisição dos nutrientes, vitaminas, sais minerais, dentre outros componentes que o nosso



organismo precisa, resultando em um melhor aproveitamento e compreensão do aluno em sala de aula, é o que afirma Cavalcanti (2012, p. 6):

um consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência às infecções e maior suscetibilidade às doenças.

Para Custódio ([2008?]), a falta de uma nutrição balanceada, quando se manifesta em sua forma mais grave, pode causar lesões e gerar um dano irreversível ao Sistema Nervoso Central. Esse dano é causado por alterações na multiplicação das células nervosas e pela carência de vitamina B1, o que provoca o acúmulo de substâncias tóxicas. O resultado disso é uma criança com problemas no seu desenvolvimento cognitivo, físico e sócio-motor.

A ausência de uma refeição equilibrada traz diversos prejuízos à saúde do estudante, pois a carência de vitaminas e sais minerais, por intervalos extensos, traz consequências orgânicas bastante significativas. Dentre essas implicações, pode-se citar o retardo no crescimento intelectual (causado pela baixa concentração de proteínas e vitaminas do Complexo B no organismo infantil), diminuição dos movimentos motores (devido à falta ou diminuição de Cálcio, Potássio e Sódio), redução da sua capacidade de aprendizagem (ocasionado pela carência de Ácido Fólico).

A falta de concentração comumente é relacionada a algum Transtorno de Aprendizagem, porém pode ser causada pela ausência dos componentes encontrados em uma boa alimentação. Posto isto, é importante destacar que a

“[...] falta de proteínas prejudica a produção de dopamina e adrenalina e, conseqüentemente, falta de energia e diminuição no estado de alerta, o que provavelmente justifique o desinteresse, dentre outros fatores que podem atrapalhar o seu desenvolvimento escolar” (CUSTÓDIO, [2008?], p. 23).

Retomando, então, à fala dos autores que afirmam que os alunos de escolas públicas encontram na merenda escolar sua fonte primária de alimentação e trazendo as possíveis consequências que esse fato pode ocasionar ao seu processo de ensino e aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem, surgidas a partir de questões de ordem social, podem ser confundidas com transtorno, levando a um diagnóstico errado e ocasionando uma rotulação imprecisa, que pode interferir diretamente na vivência escolar.

Por ser fator importante, tanto para o desenvolvimento, como para a aprendizagem, a alimentação encontra-se como um direito básico do ser humano, inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, o desrespeito para com este compromisso vem causando fome e desnutrição em âmbito mundial. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Artigo 205, apresenta a educação como um direito, seguido pelo Artigo 208 inciso VII, algumas questões externas estão presentes, de forma a complementar o direito à educação, à alimentação, ao transporte, ao material didático e também a assistência à saúde.

A alimentação escolar também é citada na Lei 11.947. Ela aborda o direito a ter acesso à nutrição, a maneira como deve ser oferecida, sua organização, seu objetivo legal e os atos normativos relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em seu Artigo terceiro, ela afirma que a alimentação é um “[...] direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das suas diretrizes” (BRASIL, 2009). No entremeio dessa discussão, está o trabalho psicopedagógico.

## **O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

O fato de o estudante ter seu direito à alimentação amparado por lei apenas reforça a sua importância. Temos como certo que a alimentação é um direito inalienável de qualquer pessoa. Garantir esse direito tem sido uma tarefa árdua, em que a sociedade ainda não teve sucesso. Sendo assim, a alimentação se torna elemento crucial dentro da escola por demonstrar relevância no desenvolvimento humano, enfatizada sempre como direito do aprendiz e como condição importante dentro desse processo. Desta maneira, é fundamental a atuação do psicopedagogo institucional dentro da escola para identificar possíveis causas que geram as dificuldades de aprendizagem.

Estas podem surgir de duas formas: (i) advindas do campo social, ou seja, surgem de causas externas ao estudante, caracterizando-se como dificuldade de aprendizagem; (ii) ou oriundas de um campo neurobiológico, sendo identificadas como um transtorno de aprendizagem. As duas precisam igualmente da atenção deste profissional. De acordo com o Código de Ética da Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP), reformulado pelo Conselho da ABPP, gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia geral em 05/11/2011, é papel do psicopedagogo trabalhar no âmbito educacional e na saúde, com foco no processo de aprendizagem humana e suas dificuldades. Segundo este código, os objetivos de trabalho deste profissional são:

promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social; compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem; realizar pesquisas científicas no campo da psicopedagogia; mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2011,s/ p).

Para que o complexo processo da aprendizagem aconteça de maneira satisfatória, é necessário que várias áreas de conhecimento, como a Pedagogia, a Psicologia e a Neurologia, entre outras, interajam entre si. E, a partir do diálogo construído, apresentem sempre uma parceria, compreendam

e conheçam os ambientes nos quais ocorre a aprendizagem. Visto que esta não envolve apenas a área cognitiva, mas também a emocional e a social.

Como já foi afirmado anteriormente nesse artigo, a Psicopedagogia institucional também atual, dentro do ambiente escolar, de maneira preventiva. O papel do psicopedagogo institucional é conciliar a relação que se estabelece entre aluno e professor. Para Campagnolo e Marquezan (2019, p. 342), “o que acontece na escola será observado e avaliado por ele, com o intuito de realizar um levantamento das metodologias e das práticas pedagógicas, visando prevenir eventuais problemas, transtornos ou dificuldades de aprendizagem”.

Sua presença na escola é de extrema importância, pois ele conhece os melhores caminhos a serem acionados para resolução destas problemáticas, como também pode orientar os professores sobre possíveis ajustes a serem feitos para a auxiliar na superação dessas questões.

### **A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NA PERCEPÇÃO DE UM ALUNO COM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM E A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO JUNTO A ESSE PROCESSO**

Ao iniciar sua vida escolar, a criança passa a desenvolver habilidades na fala, na leitura, na escrita e na matemática. A partir daí, é imprescindível a atenção dos docentes para que percebam possíveis transtornos e dificuldades de aprendizagem. Na fase de alfabetização, segundo Silva, Alencar e Ribeiro (2015) é mais fácil identificar essas dificuldades. Elas podem aparecer devido a elementos que acompanham o estudante em sua vida escolar, os quais geram impedimentos para uma boa assimilação dos conteúdos trabalhados dentro da escola.

Um dos principais motivos, pode ser o método utilizado pelo professor, que não gera motivação nos alunos para participar e conseqüentemente aprender, devido à falta de inovação na abordagem dos conteúdos. Outro fator a ser considerado é a linha de seguimento da escola que impossibilita a

escolha do docente, tirando sua autonomia na ministração de aulas da maneira que acredita ser apropriada para a sua turma.

As dificuldades de aprendizagem podem também surgir de problemas emocionais que o discente esteja passando. Essa questão afeta diretamente sua motivação e até mesmo seu comportamento. O aluno pode passar a mais ficar inquieto ou hiperativo, ou ainda apresentar conflitos em suas relações interpessoais, com os professores e colegas de classe. E, não obstante a isso, a alimentação também se enquadra como responsável pelos problemas de aprendizagem, como vem sendo destacado durante esse texto.

Neste sentido, devido ao fato de o professor estar em contato diário com a criança, ele é um dos agentes que consegue identificar sinais de que algo não está caminhando bem. O docente consegue perceber mudanças de comportamento, demonstração de cansaço, desânimo e sinais de fraqueza em atividades físicas como: pular, correr, jogar bola, dentre outros (FROTA et al, 2009).

Cabe a ele notificar essa problemática ao setor responsável, pois a fome compromete a capacidade de atenção e diminui a disposição, ocasionando a dificuldade de aprendizagem. A partir daí, compete ao psicopedagogo – o profissional responsável por estudar a forma como o ser humano aprende – intervir quando a aprendizagem não acontecer. Dentro da vertente institucional, o psicopedagogo age de forma preventiva e diante de todo o cenário citado anteriormente, ele entra em ação apresentando meios para mudar esta realidade.

O professor e o psicopedagogo precisam trabalhar juntos. O professor precisa fornecer informações ao psicopedagogo sobre o aluno: como ele se relaciona com os amigos, como se comporta em situações desafiadoras e como é a sua relação com a aprendizagem. Do mesmo modo, o psicopedagogo precisa ouvir e orientar o professor, da melhor forma, a conduzir o aluno em sala, diante das questões levantadas. (SILVA; ALENCAR; RIBEIRO, 2015).

Percebe-se, então, a importância do olhar do professor, sendo o seu relato o primeiro caminho para a intervenção. O psicopedagogo institucional, ao identificar um aluno com dificuldades de aprendizagem, deve proceder com a avaliação psicopedagógica institucional e diagnosticar se se trata de uma dificuldade ou transtorno de aprendizagem. Além disso, precisa encaminhar corretamente o sujeito para profissionais especializados.

Sobre sua intervenção dentro da escola, o primeiro passo é a avaliação. Ela não ocorre de forma individual, mas dentro do contexto escolar. Acontece a partir da observação do discente e da elaboração de um roteiro preenchido com base nas características, do aluno, percebidas pelo psicopedagogo durante a sua observação. Após esta etapa, é realizada uma conversa com a família. Caso se constate uma dificuldade de aprendizagem, é possível que o psicopedagogo identifique o que a está ocasionando e oriente a família e professores sobre o que deve ser feito, de forma a eliminar esse impedimento.

Retomando a temática da carência alimentar, tema principal desse artigo, como causa das dificuldades de aprendizagem, foi encontrado o projeto de lei de nº 557, de 2013, que trata sobre a obrigatoriedade de psicólogos e psicopedagogos em escolas públicas para alunos e professores (BRASÍLIA, 2013). Por se tratar de um projeto de lei, nem todas as escolas contam com esses profissionais. Tal ausência gera prejuízo ao público das escolas municipais e estaduais, que sofre a ausência deste profissional e encontra-se, portanto, em desvantagem quando comparadas com outras instituições educacionais da sociedade.

Isto ocorre, pois esses alunos de escolas públicas são os que mais sofrem com a carência alimentar. Eles não possuem um atendimento especializado que os auxiliem a sanar este impasse. A oferta desse tipo de atendimentos reduziria as desvantagens existentes entre os estudantes dessas escolas e alunos das instituições particulares. Dessa forma, a existência de um psicopedagogo nas escolas públicas é de extrema necessidade para auxiliar os estudantes nas problemáticas já mencionadas, dando-lhes equidade de

condições dentro do sistema de educação e permitindo que os mesmos tenham acesso aos benefícios que devem ser proporcionados pela escola. Durante a elaboração deste artigo, percebeu-se a real necessidade do acompanhamento de um profissional da Psicopedagogia para tornar possível o acesso à construção da aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo apresentou uma revisão sistemática de literatura sobre a carência alimentar, e a sua relação com o processo de aquisição de conhecimento, como causa das dificuldades de aprendizagem de alunos das escolas públicas, assim como as possíveis indicações de como o psicopedagogo pode atuar para minimizar essa problemática.

Durante a pesquisa, foram encontradas publicações que apresentaram a carência alimentar como um dos principais motivos da dificuldade de aprendizagem em alunos de escolas públicas. Isto porque a maioria dos estudantes encontra na merenda escolar a sua principal refeição. Neste contexto de pandemia, deveremos analisar o fato de que muitos desses escolares, por estarem fora da escola, não terão acesso à merenda escolar, o que pode, em um período pós-retorno às aulas presenciais, ser fator preponderante para o aparecimento de dificuldades de aprendizagem.

Por se tratar da realidade social de muitos alunos, fez-se necessário analisar o regimento das leis, levando em conta a alimentação como direito do aprendiz. Foi levado em consideração que há um cumprimento deste direito fundamental, porém é de baixa qualidade e insuficiente para atender a grande demanda.

Outro ponto estudado foi o papel do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem, abordando então o seu objeto de estudo – o ser humano em processo de aprendizagem – e o seu objetivo enquanto

profissional – auxiliar o aluno diante de problemas de aprendizado. As pesquisas publicadas apontam a carência alimentar como fator determinante para as dificuldades de aprendizagem de alunos da escola pública no Brasil, porém não abordam como isso pode ser resolvido dentro de uma perspectiva psicopedagógica. Além do papel do psicopedagogo, questões como a sua atuação direta dele dentro da escola pública também foi um ponto inserido na pesquisa. Não no sentido da sua atuação em si, mas da não obrigatoriedade em o ter dentro de uma escola pública, o que deixa os seus alunos desassistidos.

Após análise dos autores selecionados, foi constatado que há uma carência de pesquisas no campo da Psicopedagogia no tocante aos problemas de aprendizagem relacionados à má-alimentação dos alunos das escolas públicas. Apesar da ausência de material bibliográfico sobre este assunto, o mesmo se mostrou relevante por tratar de questões voltadas ao social, visto que o ponto inicial para elaboração da pesquisa foi a problemática dos alunos das escolas públicas no tocante ao acesso à merenda durante o período de isolamento social, causado pela pandemia do covid-19.

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a atuação do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem ocasionadas pela carência alimentar nos alunos de escolas públicas e como objetivos específicos (1) sinalizar as consequências da carência alimentar no processo de ensino e aprendizagem e (2) apresentar as diferentes formas de intervenção do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem causadas pela má-alimentação nos alunos de escolas públicas.

Todavia, como citado anteriormente, a ausência de pesquisas já publicadas na área nos permitiu responder de forma parcial ao que foi inicialmente proposto. Isso levantou a questão da necessidade de outras pesquisas para a caracterização e aprofundamento da atuação psicopedagógica institucional nos mais diferentes aspectos que digam respeito à aprendizagem humana.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Helena da Silva; SOUZA, Eliana Carla Gomes de. **Alimentação escolar**: as instituições de ensino do município de Muriaé e suas intervenções. Muriaé: Faculdade de Minas, 2007. Disponível em: [http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_642.html](http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_642.html). Acesso em: 28 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética**. São Paulo: ABPP, 2011. Disponível em: [https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo\\_de\\_etica.pdf](https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v14, n.40, p. 103-115. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a09.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BIZZO, Maria Letícia Galluzi; LEDER, Lídia. Educação Nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 661-667, set./out., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a09v18n5.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei N°11947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 16 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conheça o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília-DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/conheca-o-instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira>. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASÍLIA-DF. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n° 557**. Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e

profissionais da educação. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115921/pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

CAMPAGNOLE, Camila; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. A atuação do psicopedagogo na escola: um estudo do tipo estado do conhecimento. **Rev. Psicopedagogia**, 2019; v. 36, n. 111, p. 341-351, quadrimestral, 2019. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/614/atuacao-do-psicopedagogo-na-escola—um-estudo-do-tipo-estado-do-conhecimento>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CARVALHO, Ana Patrícia de Lima Silva. Importância da Alimentação para Melhorias na Aprendizagem de Crianças em unidades Públicas de Ensino. **Revista Somma**, Teresina, v.2, n.2, p.74-83, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/viewFile/179/147#page=74>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CAVALCANTI, L. A.; CARMO JUNIOR, T. R.; PEREIRA, L. A.; ASANO, R. Y.; GARCIA, M. C. L.; CARDEAL, C. M.; FRANÇA, N. M. Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. **R. bras. Ci. e Mov.**, Brasília-DF, v. 20, n. 2, p. 5-13, abr./jun., 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/2408/2247>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CUSTÓDIO, Ivanir Madoenho. **Influências da alimentação na aprendizagem**. [Curitiba]: Secretaria de Educação do Paraná, [2008?]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1674-8.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, João Carlos da. Escola pública: Fracasso escolar numa perspectiva histórica. In: SIMPÓSIO SEMANA DE EDUCAÇÃO, 19., 2007. Cascavel-PR. **Anais [...]**. Cascavel-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. Tema: A formação de Professores no Contexto da Pedagogia Histórico-Crítica. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

FROTA, Mirna Albuquerque; PÁSCOA, Emanuela Galvão; BEZERRA, Maria Das dores Monteiro; MARTINS, Mariana Cavalcante. GURGEL, Adryana Aguiar. Má alimentação: fator que influencia na aprendizagem de crianças de uma escola pública. **Rev. APS**, v. 12, n. 3, p. 278-284, jul./set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14147>. Acesso em: 24 maio 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120 p., 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicador do Nível Socioeconômico (Inse) das Escolas**. [Brasília-DF]: INEP, [2014?]. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2011\\_2013/nivel\\_socioeconomico/nota\\_tecnica\\_indicador\\_nivel\\_socioeconomico.pdf](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2011_2013/nivel_socioeconomico/nota_tecnica_indicador_nivel_socioeconomico.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: Anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 107-121, 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v3n1-2/a11v3n12.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 25 maio 2020.

RAMALHO, Rejane Andréa; SAUNDERS, Cláudia. O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.13. n.1, p. 11-16, Jan./Apr., 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rn/a/3zRDSYvpgXJ5KFMQXg7BwBb/?lang=pt\\_](https://www.scielo.br/j/rn/a/3zRDSYvpgXJ5KFMQXg7BwBb/?lang=pt_) Acesso em: 08 maio 2020.

RIBEIRO, Gisele Naiara Matos; SILVA, João Batista Lopes da. A alimentação no processo de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop-MT, v.4, n.2, p. 77-85, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15997304-A-alimentacao-no-processo-de-aprendizagem-resumo.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

RODRIGUES, Patrícia Maltez. **Funções executivas e aprendizagem: o uso de jogos no desenvolvimento das funções executivas 2.0**. 2. Ed. Salvador: Editora 2B, 2018.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da Aprendizagem: uma abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva. Apontamentos para Compreensão das Políticas Educacionais. In: SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva. **Análise psicopedagógica da proposta educacional Aprendizagem para Todos do Grupo Banco Mundial**. João Pessoa, 2014. p.



e-ISSN: 2177-8183

49-51. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4409>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SILVA, Maria Regina da; ALENCAR, Ivana Moraes de; RIBEIRO, Paulo Eduardo. O papel do psicopedagogo diante das dificuldades de aprendizagem. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [Barcelona], [v. 1.0], [s.n.], nov., 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2015/11/psicopedagogia.html>. Acesso em: 01 maio 2020.

TOPCZEWSKI, Abram. O insucesso do Aprendizado. In: VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Temas Multidisciplinares de neuropsicologia e aprendizagem**. Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2011. p.197-208.